



Advogado André Luiz Gomes fundou o escritório em 2017, após deixar a Cuatrecasas.

Luiz Gomes & Assoc. passa a Clareira, para “tornar a lei clara”

Advocacia ■ Sociedade fundada há seis anos por André Luiz Gomes passa a chamar-se Clareira, partindo da ideia de “tornar a lei clara”. Escritório conta com seis sócios e outros dez advogados.

Filipe Alves
falves@medianove.com

A sociedade de advogados Luiz Gomes & Associados passa agora a denominar-se Clareira Legal. De acordo com o fundador, o advogado André Luiz Gomes, “esta mudança espelha a nova forma de encarar não só a prática como o valor do grupo e das pessoas”.

“A nossa sociedade nasceu em 2017 com origens e experiências distintas. Iniciámos um novo caminho e criámos a nossa cultura. Tentámos incorporar a nossa diversidade num organismo peculiar que combinasse experiência com modernidade, a tradição com uma nova abordagem, o cumprimento das formalidades do direito aliado ao não-conformismo”, disse o fundador ao Jornal Económico.

Atualmente, o escritório tem seis sócios com idades entre os 40 e os 57 anos, contando ainda

com mais dez advogados. Dedicam-se sobretudo a “áreas do direito mais ligadas às empresas, como o societário e comercial, fiscal, bancário e financeiro, incluindo fundos de investimento, direito administrativo, direito do jogo e litígios”.

A nova marca procura autonomizar a sociedade da imagem do seu fundador, que nas últimas décadas tem participado em vários processos mediáticos no mundo dos negócios e da finança, representando



A advocacia já não é individual, mas sim exercida em equipas. Passar do nome de uma pessoa para uma equipa é o caminho”, diz o fundador

do clientes como Joe Berardo, entre outros, primeiro na Cuatrecasas e, desde há seis anos, na firma atual. “Hoje a advocacia já não é individual, mas sim uma profissão exercida em equipas. Por isso, passar do nome de uma pessoa para um conceito que una a equipa, missão, propósito e a prática da instituição é o caminho. Despersonalizar é retirar o foco de um nome, de uma pessoa, e abrir o espaço e deixar entrar luz de novos conhecimentos e modos de fazer”, defendeu, notando que, sendo o direito é cada vez mais complexo, especializado e global, torna-se necessário encarar a assessoria jurídica de uma forma preventiva, numa lógica de evitar os litígios.

A marca Clareira parte da ideia de “tornar a lei clara”, de modo a garantir os direitos dos cidadãos. A firma “acredita no progresso: numa sociedade focada em garantir os direitos do indivíduo para alcançar o bem coletivo”, disse André Luiz Gomes.

A Responsabilidade da Palavra

Emigrantes, lusodescendentes e ‘soft power’



Luís Parreirão
Gestor

Os portugueses vivem, pelo menos desde quando “Novos mundos ao mundo irão mostrando”, a reconhecer a emigração como sua idiossincrasia. Todos temos, ou tivemos, alguém próximo que percorre, ou percorreu, os caminhos da emigração.

Segundo a FLAD, nos Estados Unidos da América, cerca de 1,3 milhões de pessoas identificam-se como portugueses ou seus descendentes. Dados oficiais recentes estimam em 5,2 milhões os portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro. Desses, 2,3 milhões são naturais de Portugal. Espalham-se um pouco por todo o mundo, com maior expressão na Europa e nas Américas.

Atendo-nos às pessoas com nacionalidade portuguesa, a síntese, segundo dados do Observatório da Emigração, será como segue: América do Norte, 358.564; América Latina e Caraíbas, 234.078; África, 147.245; Oceânia, 21.014; Ásia, 3.683; Europa, 1.502.151. O que perfaz um total de 2.266.735.

Se pensarmos no que representam os luso-descendentes e nas comunidades que, há séculos, se sentem portuguesas rapidamente concluímos que a realidade é outra. Basta pensarmos em Macau, no Brasil, ou em Goa, para que se perceba o alcance do que estamos a dizer.

Ora, vivo na convicção de que não temos sido capazes, nem de acompanhar estas comunidades como elas mereciam, nem de aproveitar o seu enorme potencial para Portugal.

Por vezes distraímos-nos com pormenores e o essencial escapa-nos.

Quando tanto se fala em soft power, i.e., “na capacidade de um Estado, por exemplo, para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos pelo exemplo ou pelo convencimento”.

Portugal deve pensar, por uma vez, como pode mobilizar os portugueses residentes no estrangeiro e os lusodescendentes para serem agentes activos da sua afirmação.

O discurso político já os considera essenciais, mas talvez seja o tempo, é o tempo, de passarmos do discurso à acção, dando a cada um as ferramentas básicas para poderem ajudar Portugal.

Sermos capazes de dar a cada um informação sobre o Portugal moderno e a nossa capacidade de realização e de afirmação no contexto europeu. Fazermos que cada um seja um porta-voz orgulhoso do país que, quantas vezes, frustrou as suas expectativas. Damos a cada um a capacidade de ser um divulgador dos produtos e da cultura portuguesas e, consequentemente, um agente exportador.

Transformar os cinco milhões de portugueses e de luso-descendentes numa rede de afirmação de Portugal em dezenas de países é uma prioridade absoluta, para o bem de todos.

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.